

## **PARECER JURÍDICO**

PROJETO DE LEI Nº 08 de 14/02/2025 “  
Denomina Rua Amália Laudelina de Jesus, a via  
localizada no Povoado Japão Grande,  
município de Carmópolis de Minas”.

### **1-Relatório:**

Trata-se de solicitação de parecer realizada pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas/MG sobre a legalidade, constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei nº 08/2025, que “ Denomina Rua Amália Laudelina de Jesus, a via localizada no Povoado Japão Grande, município de Carmópolis de Minas.”

Não consta pedido de urgência.

Diante do exposto, passo a opinar.

### **2-Objetivo do Projeto:**

O presente Projeto de Lei tem por objetivo denominar via pública no Povoado Japão Grande

Na justificativa o proponente conta um resumo da vida da homenageada, sra. Amália Laudelina de Jesus, mencionando seu destaque na comunidade onde sempre residiu.

### **3- Fundamentação:**

Inicialmente, verificamos que o projeto analisado é de competência municipal em face do que dispõe o art. 30, inciso I, da Constituição Federal, c/c art. 171, I, alínea c da Constituição Mineira e art. 35, XIV c/c art. 67, XX da LOM. Extraí-se da justificativa o preenchimento do disposto no art. 196 da Lei Orgânica Municipal.

O Supremo Tribunal Federal fixou a seguinte tese de Repercussão Geral:

"É comum aos poderes Executivo (decreto) e Legislativo (lei formal) a competência destinada a denominação de próprios, vias e logradouros públicos e suas alterações, cada qual no âmbito de suas atribuições" (STF - RE: 1151237 SP - SÃO PAULO 2182767-79.2017.8.26.0000, Relator: Min. ALEXANDRE DE MORAES, Data de Julgamento: 03/10/2019, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJe-248 12-11-2019)

Portanto, o entendimento do STF corrobora que os projetos de denominação de rua podem ser iniciados no Poder Legislativo, em conformidade também com o que dispõe o art. 67, inciso XX da Lei Orgânica Municipal.

Tudo posto, o projeto preenche os requisitos legais, salvo melhor juízo.

**a) Tramitação e Votação:**

A tramitação e votação deverá ocorrer em turno único conforme art. 119 do Regimento Interno.

**b) Quórum:**

O quórum exigido é de maioria simples.

**c) Pareceres das Comissões da Câmara Municipal:**

Sobre a presente matéria deverá se manifestar a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, conforme art. 76, I e art. 123 do Regimento Interno.

**4- Do Mérito:**

O mérito do projeto, deverá ser analisado pelos senhores Vereadores, porém, verificamos que os dispositivos previstos no mesmo são compatíveis com a legislação em vigor, e não contém vícios de inconstitucionalidade ou de ilegalidade que possam obstruir sua tramitação até sua apreciação pelo Plenário da Câmara.

**5- Conclusão:**

Pelo exposto, opinamos pela legalidade, constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei nº 08/2025, que “ Denomina Rua Amália Laudelina de Jesus, a via localizada no Povoado Japão Grande, município de Carmópolis de Minas.”, estando o mesmo em condições de ser apreciado e votado pela sua forma original.

É o parecer que submetemos à apreciação de V. Exa, S.M.J

Carmópolis de Minas, 25 de fevereiro de 2025.

**LUCAS ABDO REIS  
OAB/MG 155.438  
ASSESSOR JURÍDICO**